

CONCEITO E DIRETRIZES PROJETUAIS PARA ESPAÇO DEMOCRÁTICO - manifestações artístico-culturais femininas em santa maria

Maria Cecília Pereira da Rocha¹
Luis Guilherme Aita Pippi²

Resumo

O presente artigo trata das primeiras etapas de um projeto paisagístico desenvolvido na disciplina de Trabalho Final de Graduação 1, do ano final do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A disciplina engloba uma pesquisa, que se desenvolveu enfatizando a desigualdade de gênero como elemento inviabilizador do acesso democrático ao espaço público, bem como diretrizes e etapas iniciais de projeto de intervenção na cidade de Santa Maria (RS) a partir dessa perspectiva e como contrapartida a essa realidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre questões de gênero ao longo da história das cidades, direitos das mulheres, questões pertinentes ao direito universal ao espaço público e a realidade da cidade de Santa Maria (RS). Busca-se, através do desenho universal, a criação de um espaço qualificado e verdadeiramente inclusivo, criando ambientes coesos, legíveis e de qualidade.

Palavras-chave: mulher; espaço público, espaço democrático.

CONCEPT AND GUIDELINES FOR DEMOCRATIC SPACE women's artistic-cultural manifestations in Santa Maria

Abstract

This paper refers to the first steps of a landscape design project developed at the Final Project 1 course of the Architecture and Urban Planning undergraduate program at the Federal University of Santa Maria (UFSM). The course requires the development of an academic research, that was based on gender inequality as an element that unfeasible the democratic access to public space, as well as initial guidelines and design of an intervention project in the public space of Santa Maria (RS) based on this perspective and as counterpart to this reality. The research was developed from bibliographic review on gender issues throughout the history of cities, women's rights, issues related to the universal right to public spaces and the reality of the city of Santa Maria. It aims, through universal design, to the creation of a qualified and truly inclusive space, creating cohesive, readable and qualified environments.

Keywords: woman; public space, democratic space.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Professor Adjunto Efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutor em Philosophy - Design - NCSU, Dep. Landscape Architecture, College of Design, NC State University, Raleigh, EUA.

Contexto histórico-social: direito à cidade e violência contra a mulher

Ao longo da história, homens e mulheres desempenharam papéis diferentes nas nossas estruturas sociais. Papeis esses que, com a passagem do tempo, foram se modificando graças à transformação da nossa organização enquanto sociedade em si, à necessidade de incluir as mulheres na cadeia produtiva direta, às reivindicações e lutas travadas pelas mesmas, entre outros fatores. Apesar de essas transformações, de forma geral, terem contribuído para a inclusão e atividade das mulheres no tecido social, a desigualdade de gênero ainda é um elemento que permeia a nossa sociedade, principalmente em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. De acordo com o IBGE (2018), a média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos dos homens é de 11 horas semanais, enquanto das mulheres essa média é de 21 horas. Da mesma forma que 74% dos homens de 15 anos ou mais estavam ativos na força de trabalho no período de coleta de dados, em comparação a 53% das mulheres.

A desigualdade de gênero se manifesta de muitas formas e, hoje, situações de violência, assédio moral e sexual, ainda inviabilizam que as mulheres acessem os espaços públicos da mesma forma que os homens. Essa diferença de liberdade de acesso ao espaço público, incluindo e destacando aqui, a rua como um desses elementos, diferencia a forma como, enquanto seres humanos, acessamos todas as estruturas sociais necessárias e de direito para nosso desenvolvimento enquanto seres sociais.

Analisando o contexto nacional, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres do mundo, sendo uma mulher morta a cada duas horas no país (ONU, 2017). Uma grande porcentagem desse dado remete às vítimas de feminicídio, que é quando o crime acontece pelo fato de o alvo ser mulher. No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo (WAISEFISZ, 2015, p.11). Segundo Waiselfisz (2015), de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, enquanto o de mulheres brancas diminuiu em 10%, mostrando o quanto a sobreposição de opressões pesa para a mulher negra brasileira. Além disso, do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Foi criada no Brasil em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres, com o intuito de haver um maior conhecimento sobre esses dados e, assim, ser possível uma reversão dos mesmos. Em 2006, foi sancionada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece que “são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral, entre outras” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006). A institucionalização desse amparo através de legislações é fundamental para a diminuição dos índices de violência contra a mulher, assim como da desigualdade de gênero como um todo. Contudo, essas medidas não têm se mostrado suficientes no combate aos diversos tipos de ataque que as mulheres sofrem.

Ao vermos que a violência de gênero tem origem e embasamento na sociedade em que vivemos, que é machista, sexista e patriarcal (ALBUQUERQUE, et. al, 2015) se torna necessária uma transformação dos nossos valores culturais. Transformação essa que não acontecerá de forma realmente igualitária e inclusiva se o seu transcender não se der através do emponderamento e valorização das manifestações culturais desenvolvidas, permitidas e, preferencialmente, protagonizadas pelas mulheres, que são as vítimas desse sistema opressor.

Ao trazermos a busca pela igualdade de gênero como principal diretriz projetual

para espaços públicos, é essencial que, nessa fundamentação teórica, tratemos da relação dos homens e das mulheres com os espaços públicos e privados ao longo do tempo. Na Grécia, “algo muito importante aconteceu, no sentido de que é a primeira sociedade historicamente conhecida em que uma democracia se configura como um espaço formalizado para iguais, como o mais amplo espaço de igualdade, o dos cidadãos perante a lei”. (AMORÓS, 2001, p. 7, tradução nossa). Essa afirmação nos traz um questionamento essencial: quem são os cidadãos? A quem são direcionados os estudos e lutas pelos direitos humanos? Quem está incluso nessa pauta?

Tiburi (2018, p. 105) afirma que “na equação política de Aristóteles, Pólis é a cidade-Estado e Óikos, o território da casa. O primeiro é reservado aos homens e o segundo, às mulheres, aos escravos e aos animais”, da mesma forma que Amorós (2001, p. 7, tradução nossa), relata que, para Aristóteles, o cidadão “é ‘o verdadeiro homem’ (Vegetti), que carrega por excelência, atributos como: é do sexo masculino, à frente da mulher, é grego e não bárbaro, é livre e não um escravo, ele é adulto e não uma criança. São os diferentes cidadãos que constituem o campo dos iguais e, portanto, o espaço da igualdade perante a lei”.

Essas afirmações sobre a base do nosso desenvolvimento em cidades se refletem na forma como nossos espaços públicos foram e são desenvolvidos até hoje: por homens e para homens. Ainda conforme Tiburi (2018, p. 106), a democracia acontece no espaço público, que é ocupado por homens – os cidadãos –, enquanto “no espaço da casa, há o trabalho, a procriação e a sustentação organizada da vida”.

No espaço do privado não ocorre o que na filosofia chamamos de princípio da individuação. Dentro do genérico feminino é como se este princípio não fosse produzido, como se não fosse dado um operador de distribuição que perfurasse individualidades. Se individuação não ocorre é porque esta é a característica dos espaços públicos, onde todos marcam seu lugar diferencial, como a apropriação de áreas claramente definidas que moldam enquanto eles estão configurados para diferentes indivíduos. A razão é óbvia: se tratássemos o tema filosoficamente poderíamos recorrer ao que o filósofo racionalista Leibniz chama de o princípio da razão suficiente: para que algo aconteça – dito assim a grosso modo –, deve haver uma razão suficiente. Neste caso, as atividades realizadas no espaço público pressupõem reconhecimento, e isso está intimamente relacionado com o que é chamado de poder. O poder deve ser dividido, deve constituir um pacto, um sistema de relações de poder, uma rede de distribuição. (AMORÓS, 2001, p. 2, tradução nossa).

A partir de estudos semelhantes, bem como da análise de outros autores, Beauvoir traz o conceito do Outro, lugar ocupado pela mulher, que se caracteriza da seguinte forma:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o sexo para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10-11).

Esse conceito do Outro abordado por Simone de Beauvoir (1970) condiz com o que

retrataram Amorós (2001) e Tiburi (2018), pois ao se ter a figura do homem branco, livre e adulto como ponto de partida, se descentraliza qualquer outra figura, e se submete todos os outros seres a uma sociedade desenvolvida àqueles específicos. Ao se tratar de espaços públicos no Brasil, é importante abordar junto da questão de gênero a questão racial.

No caso brasileiro, desde sua chegada às terras brasileiras como escravizada, a mulher negra tem sido representada por imagens carregadas de exotismo e estereótipos determinantes e determinados por olhares reducionistas a seu corpo a sua sexualidade, tornados objetos. Em uma das primeiras representações sobre a população negra brasileira, (1641), Albert Eckhout, na pintura Mulher Africana (Negra), exalta a exotividade da mulher negra, inscrevendo seu *corpo* como mera parte da paisagem retratada. O imaginário retratado configura as relações de poder estabelecidas, pois abarcam dimensões territoriais e simbólicas de domínio do colonizador europeu (SILVA, 2017, p.2).

Trazer pautas do feminismo negro para dentro da discussão do espaço público igualitário se torna essencial, já que homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras, e pessoas não-binárias de gênero experienciam o viver em sociedade de formas totalmente diferentes, e se relacionam de formas diferentes com os espaços de poder por terem pontos de partida totalmente diferentes.

Quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (RIBEIRO, 2017, p. 63).

Ao tratarmos da coletividade, existe uma construção social não realista da busca pela universalidade, sendo que essa universalidade na verdade é uma padronização limitada que possibilita a circulação, a manifestação e fala dos homens brancos. “O que chamo de homem branco é apenas uma metáfora do poder, do sujeito do

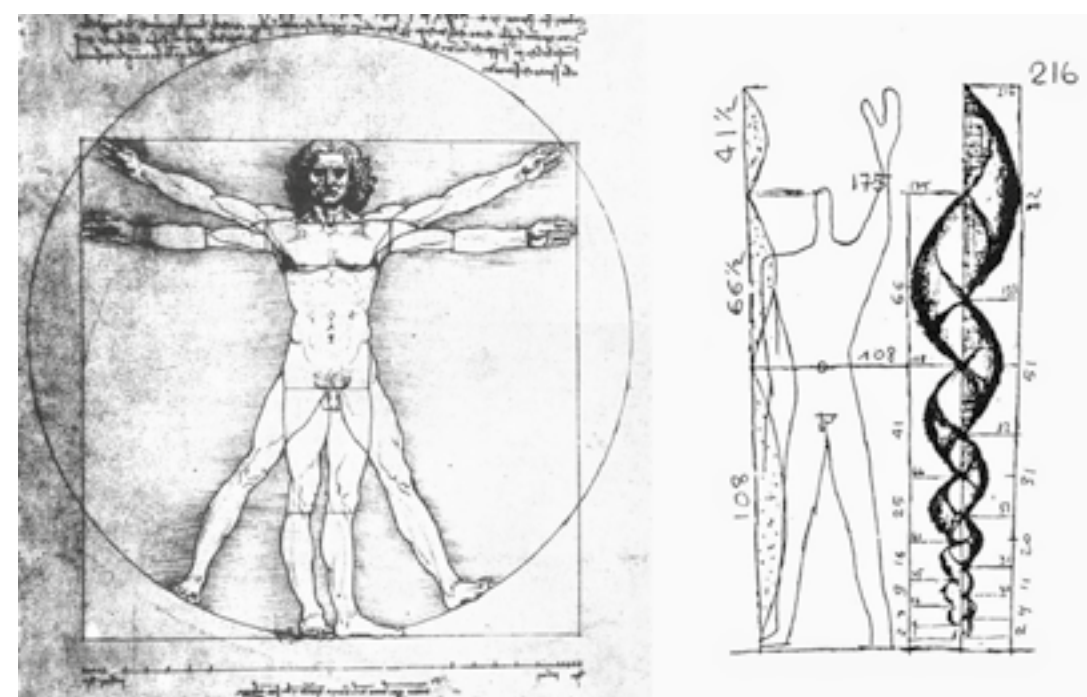


Figura 1: Ilustração do homem vitruviano de Leonardo da Vinci juntamente com o módulo de Le Corbusier indicando as formas de representação humanas mais difundidas mundialmente. Fonte: Archdaily, 2019.

privilégio, da figura alicerçada no acobertamento das relações que envolvem os aspectos gênero e raça, sexo e classe, idade e corporeidade” (TIBURI, 2018, p. 41). De forma alguma esses recortes buscam silenciar os grupos que hoje ocupam os espaços de poder, “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 88).

Se ao planejarmos os espaços levarmos em consideração as sobreposições de opressões, entenderemos que se um espaço é convidativo aos grupos mais fragilizados socialmente, ele é acessível a todos: um espaço que permite a mobilidade de pessoas com dificuldades motoras não é inacessível a alguém sem essas limitações, da mesma forma que um espaço que inclui mulheres, sobretudo negras, não cessa direitos dos homens brancos. Ao dar voz às pessoas historicamente silenciadas através do direito igualitário ao espaço “estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que inviabiliza essas narrativas”(RIBEIRO, 2017). Discussões sobre locus social, bem como sobre epistemologia nos parecem muito recentes, quando na verdade esses conceitos já há muito são discutidos pelos grupos oprimidos, “a questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções” (RIBEIRO, 2017, p.65).

Angela Davis, ainda na década de 1980, ao discursar sobre o movimento feminista negro estadunidense, afirmou que “o empoderamento das massas de mulheres deste país nunca será alcançado enquanto não tivermos êxito em deter a maré de racismo” (DAVIS, 2017, p. 22). Apesar de ter sido um discurso proferido nos Estados Unidos há mais de 30 anos, é extremamente aplicável ao Brasil de hoje. A autora ainda discorre sobre a relação da ascensão de grupos extremistas e violentos, ataques aos direitos reprodutivos das mulheres, ataques racistas e homofóbicos, já que todos esses encontram suas fundamentações nas mesmas bases ideológicas no aspecto político e econômico.

Analisando historicamente as manifestações, podemos vê-las como intermédio entre um grupo de pessoas que quer transmitir uma ideia ou demanda ao restante ou representantes da sociedade em que se inserem, tornando o cunho cultural intrínseco a qualquer manifesto, já que esse último sempre terá sua essência atrelada a cultura de quem o cria.

Hoje, no Brasil, o direito a reunião e manifestação é garantido na Constituição. Contudo, devido a diversas questões da sociedade patriarcal em que estamos inseridos, o acesso a esses locais de fala não é igualitário sob a perspectiva de gênero, dificultando os avanços coletivos pautados em questões feministas já que é quando nos reunimos que temos a oportunidade de nos identificar no outro e, assim, buscar ideais coletivamente. Quando reunidas, podemos inserir nossas individualidades no espaço deliberativo de um coletivo.

Se produz o espaço público como um espaço de iguais ou pares - o que não significa o mesmo que espaço igualitário. É o espaço daqueles que se auto instituem sujeitos do contrato social, onde nem todos têm o poder, mas pelo menos podem tê-lo, são percebidos como possíveis candidatos a sujeitos de poder (AMORÓS, 2001, p.3, tradução nossa).

Deste modo, estarmos igualmente presentes em espaços de reunião leva aos coletivos, sejam eles locais ou globais, as nossas pautas. Ao apontarmos essas necessidades “estamos apontando para a importância de quebra de um sistema

vigente que inviabiliza essas narrativas.” (RIBEIRO, 2017, p.88).

Sob o viés do acesso ao espaço público, é importante ressaltar alguns dados: uma pesquisa realizada com 7.762 mulheres pelo coletivo Think Olga³ (2013) revelou que 99,6% das entrevistadas já havia sofrido assédio, tendo 98% acontecido nas ruas. Além disso, 81% das mulheres responderam que sim à pergunta “Você já deixou de fazer alguma coisa (ir a algum lugar, passar na frente de uma obra, sair a pé) com medo do assédio?”, salientando a importância de se tratar o assédio como elemento inviabilizador do acesso democrático ao espaço público⁴.

Espaço público

Aparentemente despreziosos e aleatórios, os contatos nas ruas também são decisivos para o florescimento da vida pública, pois forçam o aparecimento da diferença e acabam estimulando a tolerância e a convivência pacífica entre estranhos (JACOBS, 2011, p. 10).

A medida que aumenta a complexidade das nossas cidades, se torna mais essencial tratar do espaço público com a devida importância, e isso envolve não apenas planejamento técnico, mas a compreensão do que dá vida às cidades.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro. (CPSC, 2013, p. 8).

De modo geral, as ruas são vistas hoje como espaço para tráfego de veículos, mas “a rua já foi lugar do comércio, da reunião e do encontro de pessoas na cidade”(CPSC, 2013, p.21). A existência dessas oportunidades no espaço público está diretamente ligada à sensação de segurança dos usuários nas cidades.

O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas (JACOBS, 2011, p.30).

Precisamos aqui lembrar que o ideal de segurança não é universal: homens, mulheres e pessoas não binárias experienciam segurança de formas diferentes; o mesmo vale para brancos e negros; pessoas que performam gênero conforme sexo biológico ou não; entre outros. Mombaça (2017) ao escrever sobre lugar de fala afirmou haver “uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala”. O uso do termo polícia nesse

³ Think Olga é uma ONG feminista criada em 2013 com o objetivo de empoderar mulheres por meio da informação.

⁴ Um questionário foi aplicado com as mulheres da cidade onde se dará a implantação do projeto buscando saber a relação das mesmas com esses aspectos da vivência no espaço público. O questionário completo se encontra em: <https://bit.ly/36MtTvi>

trecho reforça o questionamento sobre segurança, já que a polícia existe com o pressuposto de defender o que é público e comum, mas, no Brasil, ela reforça a hegemonia dos homens brancos enquanto detentores dos direitos universais.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. [...] Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido (JACOBS, 2011, p. 32).

Para tirarmos proveito do espaço público nesse sentido, ele precisa ser desenhado de forma orientada a cumprir esses requisitos.

A capacidade das vias urbanas precisa ser ampliada de modo a dar suporte ao contexto urbano e assegurar um espaço público de alta qualidade. Isso pode ser alcançado com a priorização dos meios de transporte sustentáveis através de espaços exclusivos, permitindo que meios de alta eficiência como o transporte coletivo cedam mais espaço para outras atividades de rua que suportam a vida urbana. Como as cidades crescem para cima, para dentro e para fora para servir às populações em mudança, é fundamental considerar os diversos atores e processos que configuram as ruas. Nossas vias são integralmente ligadas a outros sistemas urbanos, e desenhá-las bem proporciona múltiplos benefícios às cidades e a seus moradores (NACTO, 2016, p.3).

Podemos analisar os diferentes aspectos que caracterizam um espaço público de forma separada, mas a verdade é que eles são extremamente dependentes entre si:

Todos os anos, milhões de pessoas morrem desnecessariamente de causas que poderiam ser evitadas, tais como violência no trânsito ou doenças crônicas relacionadas à má qualidade do ar e falta de atividade física. Os desenhos de ruas devem promover ambientes seguros para todos os usuários e oferecer alternativas saudáveis que facilitem o transporte ativo, como a caminhada, o ciclismo e o uso de transporte coletivo. As ruas devem melhorar o acesso a opções saudáveis de alimentação, atenuar níveis de ruído e proporcionar áreas ajardinadas e arborização que melhoram a qualidade do ar e da água [...]. Numa época de crescente desigualdade, as cidades devem garantir que seus espaços públicos mais valiosos ofereçam um uso seguro e igualitário a todos, independentemente de sua habilidade, idade ou renda, capacitando os usuários mais vulneráveis com opções de mobilidade seguras e confiáveis. Uma rua atende melhor os seus cidadãos por meio de um desenho que amplia o acesso a empregos e escolas, beneficia a saúde individual, melhora as condições sanitárias e incentiva as comunidades fortalecidas (NACTO, 2016, p. 6-7).

“Devemos saber que o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência” (TIBURI, 2018, p. 105). Desse modo, garantir o acesso democrático aos espaços de poder é um grande avanço na qualidade de vida das pessoas hoje cerceadas desses direitos, é dar essas pessoas o direito de

fala, salientando que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (RIBEIRO, 2017, p. 66).

[O patriarcado é] feito de ideias prontas inquestionáveis, de certezas naturalizadas, de dogmas e de leis que não podem ser questionadas, de muita violência simbólica e física, de muito sofrimento e culpa administrados por pessoas que têm o interesse básico de manter seus privilégios de gênero, sexuais, de raça, de classe, de idade, de plasticidade (TIBURI, 2018, p. 40).

Por isso, permitir que esses seres que, atualmente, estão fora desse local de poder acessem os espaços tem um potencial muito grande de desenvolvimento social para a cidade como um todo.

Ruas bem desenhadas conectam as pessoas a suas comunidades, proporcionando oportunidades para que conheçam outras pessoas, encontrem amigos e se sintam socialmente conectadas. As ruas com volume de tráfego e velocidade reduzidos estendem os territórios dos espaços privados que a delimitam, ampliando a oportunidade de interação social [...]. Enquanto malha central do espaço público em uma cidade, as ruas com frequência dão lugar à expressão política ou cultural, demonstrada por meio de paradas, manifestações e celebrações. As ruas devem ser desenhadas como território neutro para atender a tais eventos. (NACTO, 2016, p. 13).

Área de intervenção e as(os) usuárias(os)

A partir das questões levantadas, como exercício de projeto da disciplina de Trabalho Final de Graduação 1, propõe-se uma intervenção na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a 293km da capital, Porto Alegre (figura 2). Possui um centro bastante denso e urbanizado (IBGE, 2010) e uma população estimada de 280 mil habitantes (IBGE, 2018), distribuídas em oito regiões administrativas subdivididas em bairros.

A escolha da área se deu devido a um conjunto de fatores: ônibus provenientes de todas as zonas da cidade passam pela área; o bairro N. Sra. das Dores é bastante centralizado, mas menos denso que o bairro Centro, possuindo lotes subutilizados e espaços intraquadras ideais para locação do projeto a ser desenvolvido; a área é próxima a rodovia BR287, que cruza o estado no sentido Leste-Oeste.

O entorno da área de intervenção é de uso misto, majoritariamente ocupado por casas com ponto comercial, ou prédios residenciais com térreo comercial, e como podemos observar no Mapa dos Largos e Praças de Santa Maria (figura 3), existem muito poucas áreas verdes, sobretudo áreas públicas, na área.⁷

De modo a compreender melhor as carências e potencialidades de uso do espaço público de Santa Maria, foram efetuados questionários⁵ com dois grupos distintos: usuários do espaço público de Santa Maria em geral, e mulheres envolvidas em alguma atividade artística e/ou de manifestações na cidade. As questões consideradas mais relevantes para desenvolvimento do projeto se encontram a seguir em forma de gráficos e nuvens de palavras⁶.

⁵ Os questionários efetuados podem ser acessados na íntegra em: <https://bit.ly/36MtTvi>

⁶ Quanto maiores as palavras, mais vezes elas foram citadas nas respostas qualitativas.

necessidades do projeto a ser aplicado em cada área reflita as características do conceito, mas não deixe de respeitar e valorizar as questões lógicas de projeto, bem como características naturais das áreas.

A intervenção como um todo foi dado o nome de Uma, a partir de uma sobreposição de ideias acerca de círculos (formato da lua), conforme figura 7, e ainda indo de encontro a uma frase bastante utilizada em manifestações contra a violência contra a mulher: nenhuma a menos.

Compõem o programa de necessidades: espaços amplos para aglomerações de pessoas; espaços abertos cobertos, protegidos da chuva; espaços multifuncionais;

palco/concha acústica; banheiros; espaços para realização de esportes; espaços para realização de feiras; áreas arborizadas; espaços para lazer passivo; espaços receptivos a pessoas de todas as idades; bicicletários; outros.

São diretrizes projetuais: proporcionar a apropriação dos espaços através de uma linguagem inclusiva; respeitar as normas vigentes na área; preservar os recursos naturais existentes e aumentar o contato dos usuários com os mesmos; incentivar através o uso de modais de transporte público ou alternativo; promover a segurança de todas e todos os usuários; incentivar interações entre diferentes grupos e cultura; dar visibilidade e oportunidades a grupos normalmente invisibilizados; criar o conjunto de espaços com unidade e conexão; utilizar materiais e espécies que facilitem a manutenção, permitindo que o espaço se mantenha mais facilmente e com qualidade adequada.

Figura 7: Aplicação do conceito nas áreas de intervenção. Acima mapa (sem escala) da área de intervenção com marcação de cada parte do projeto de acordo com as fases da lua. Abaixo, à esquerda, características de cada fase. Abaixo, à direita, diagrama de aplicação do conceito para resolução do nome do projeto. Fonte: da autora.



Figura 8: implantação com zoneamento geral (sem escala). Fonte: da autora.

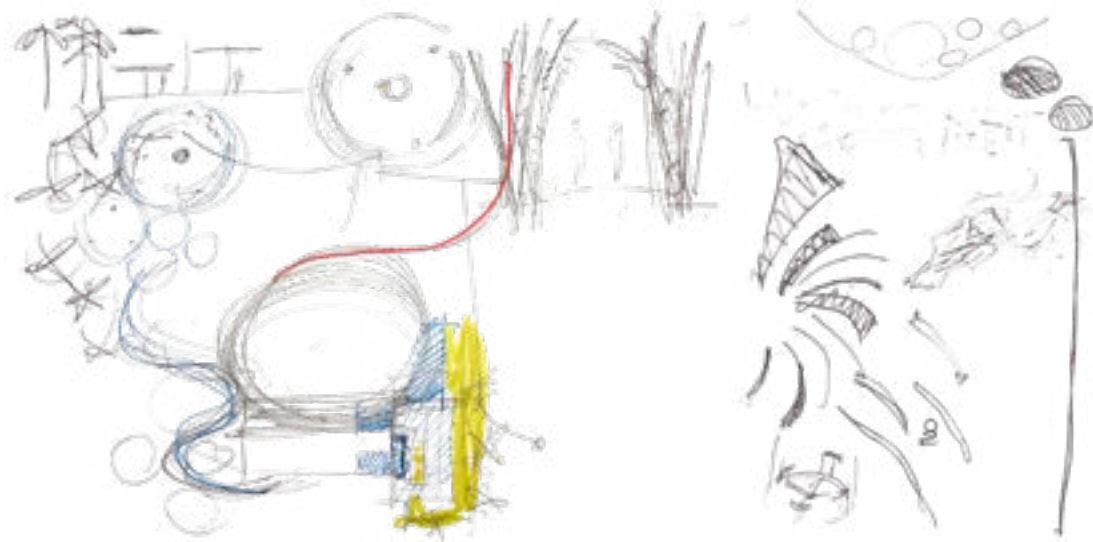
Conforme mencionado anteriormente, o projeto se divide em quatro zonas principais – uma para cada fase da lua – que abrigarão usos e características distribuídos de acordo com a figura 8.

A praça da Lua Crescente, elemento fogo, acontece na primeira quadra do parque Itaimbé, parque linear da cidade. Composta por equipamentos dinâmicos, cores vibrantes, playground, área de escalada, e outros. Tem o potencial de ser um conector.



Figuras 9 e 10: referências para a Praça da Lua Crescente. Fonte: acervo da autora.

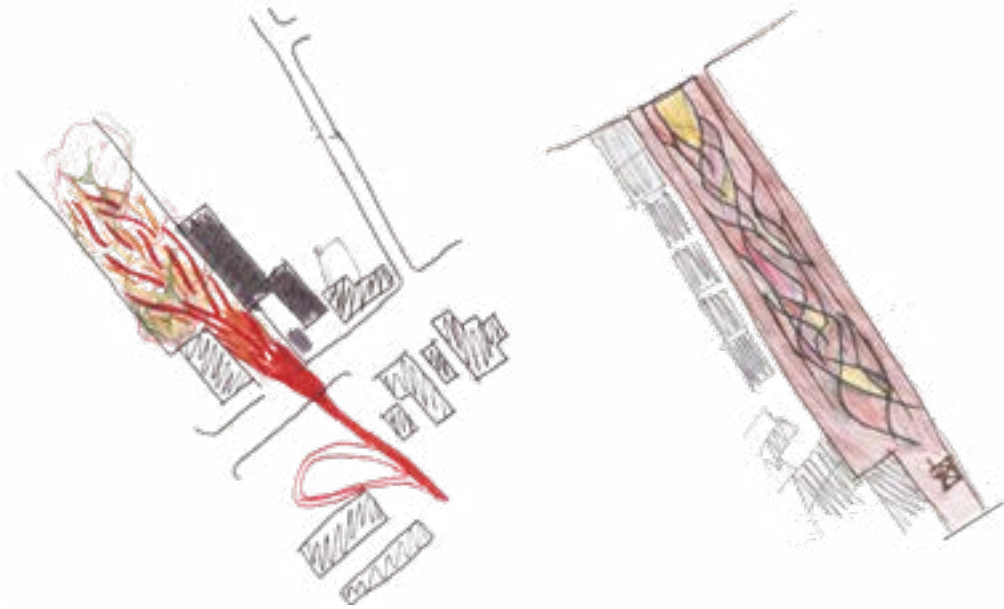
Figuras 15: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.



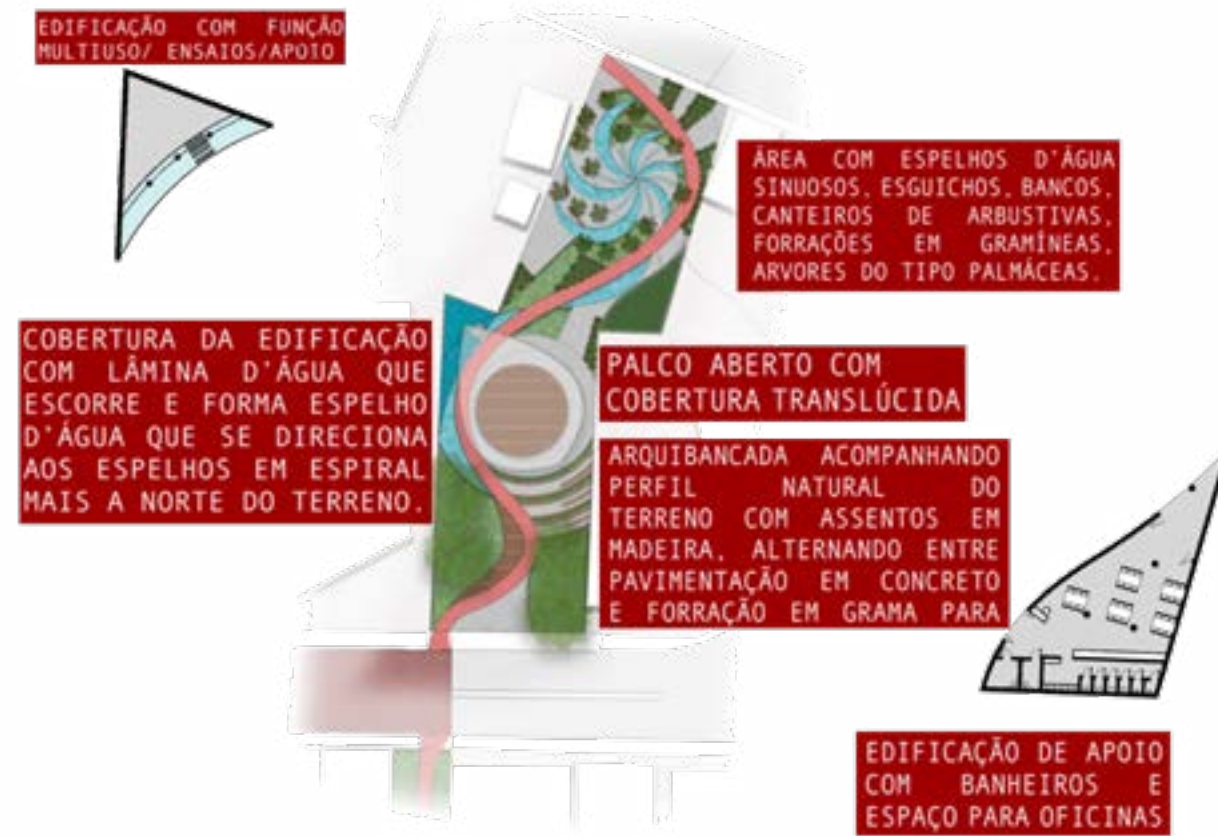
Figuras 13 e 14: referências para a Praça da Lua Crescente. Fonte: acervo da autora.



Figuras 11 e 12: concepção formal da Praça da Lua Crescente. Fonte: da autora.



A praça da Lua Cheia abrigará palco aberto coberto, arquibancada ao ar livre, continuação da pista multiuso do parque, área de apoio para ensaios e reuniões, ateliê coletivo, espaço para oficinas, estares contemplativos, estares ativos (espelhos d'água, esguichos).



Figuras 16 e 17: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.

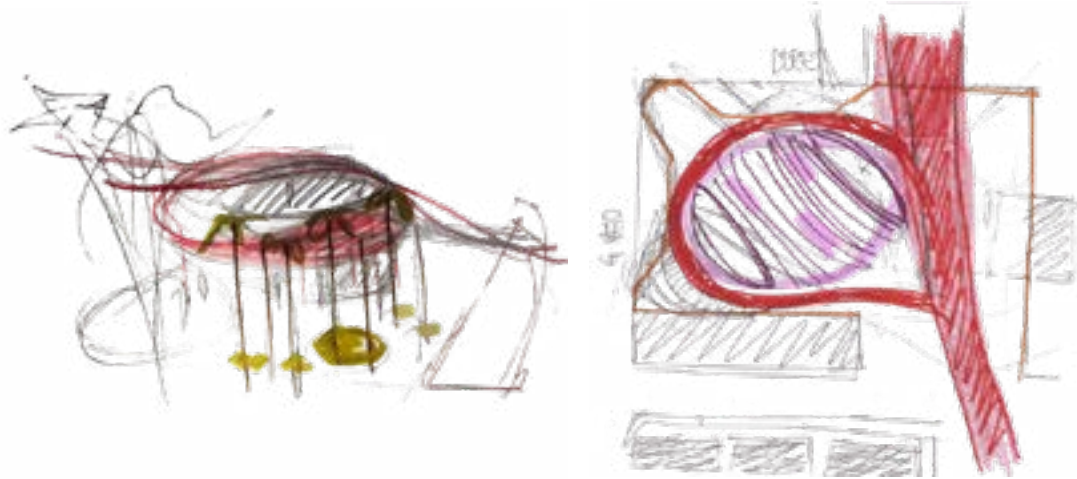
Figuras 16 e 17: concepção formal e ideias iniciais da Praça da Lua Cheia. Fonte: da autora.

Figuras 18: implantação da Praça da Lua Cheia com usos e plantas baixas (sem escala). Fonte: da autora.

A praça da Lua Minguante se localiza em uma esquina, com uma área bastante ampla e configura um ponto focal em relação à rua localizada a noroeste da área. É o espaço principal de manifestação e de encontro de grande número de pessoas. Abriga duas paradas de ônibus, sanitários e pequenas áreas de estar.



Figuras 19, 20 e 21: referências Praça da Lua Minguante. Fonte: acervo da autora.



Figuras 22 e 23: concepção formal Praça da Lua Minguante. Fonte: da autora.

O parque da Lua Nova se conforma em uma área intraquadras, abrigando usos mais passivos que os demais. Nele estão locados: espaço aberto coberto para feiras livres, espaço para leitura e estudos com pequeno acervo literário, café com áreas de estar contemplativo, pista multiuso, passarelas elevadas, áreas de estar, maciços de vegetação.



Figuras 24 e 25: referências para o Parque da Lua Nova. Fonte: acervo da autora.



Figura 26: concepção formal do Parque da Lua Nova. Fonte: da autora.

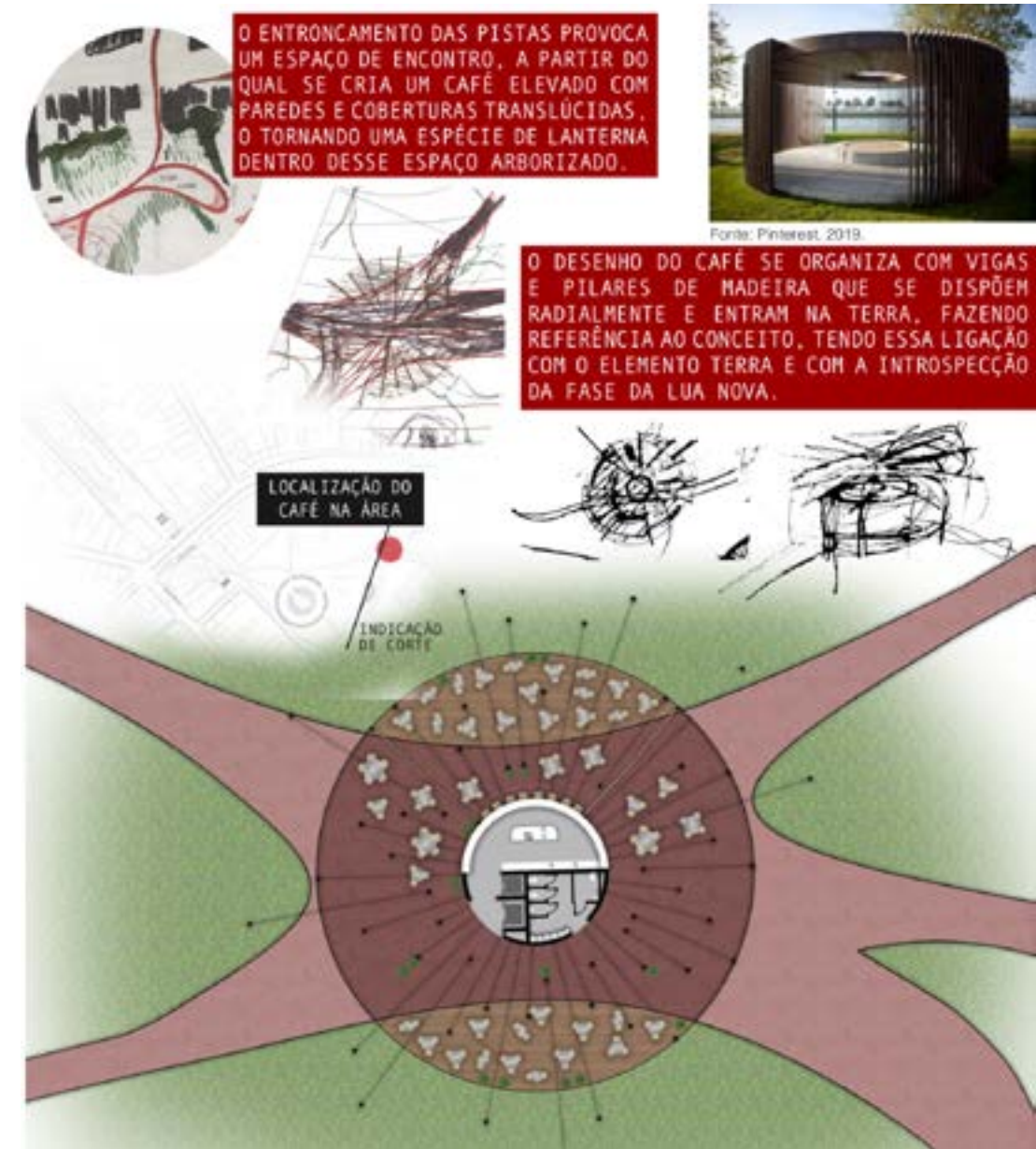


Figura 27: concepção, referências e planta baixa do café e decks do parque. Fonte: da autora.

Cria-se no projeto um espaço de estudos e leitura, com a intenção de viabilizar o acesso a literatura pouco conhecida, e criar um espaço público de qualidade para que mulheres possam estudar e ser estudadas.



Figura 28: Concepção, referências e planta baixa do espaço de estudos e leitura. Fonte: da autora.

A área para feiras livres surge com o objetivo de incentivar o comércio local e buscar independência financeira de mulheres.

Os conectores se consolidam de três modos diferentes: os dois primeiros são pequenas áreas intralotes, como pocket parks que tem como função principal ligar o parque da Lua Nova com a avenida Dores, bem como criar espaços de pausa e recreação de fácil acesso a quem percorre a avenida, criar pontos de encontro, e aumentar a permeabilidade do solo na área urbana; outros dois conectores se configuram em vias compartilhadas, uma maior na avenida Dores, com intuito de melhorar a circulação de pedestres, diminuir a velocidade do tráfego na avenida, e conectar devidamente as áreas livres da região; e, por último, um túnel subterrâneo que conecta a praça da Lua Crescente com a praça da Lua Minguante, facilitando que um grande número de pessoas se reúna nessa última chegando através do parque Itaimbé, potencializando o uso da praça da Lua Crescente como via de pedestre.

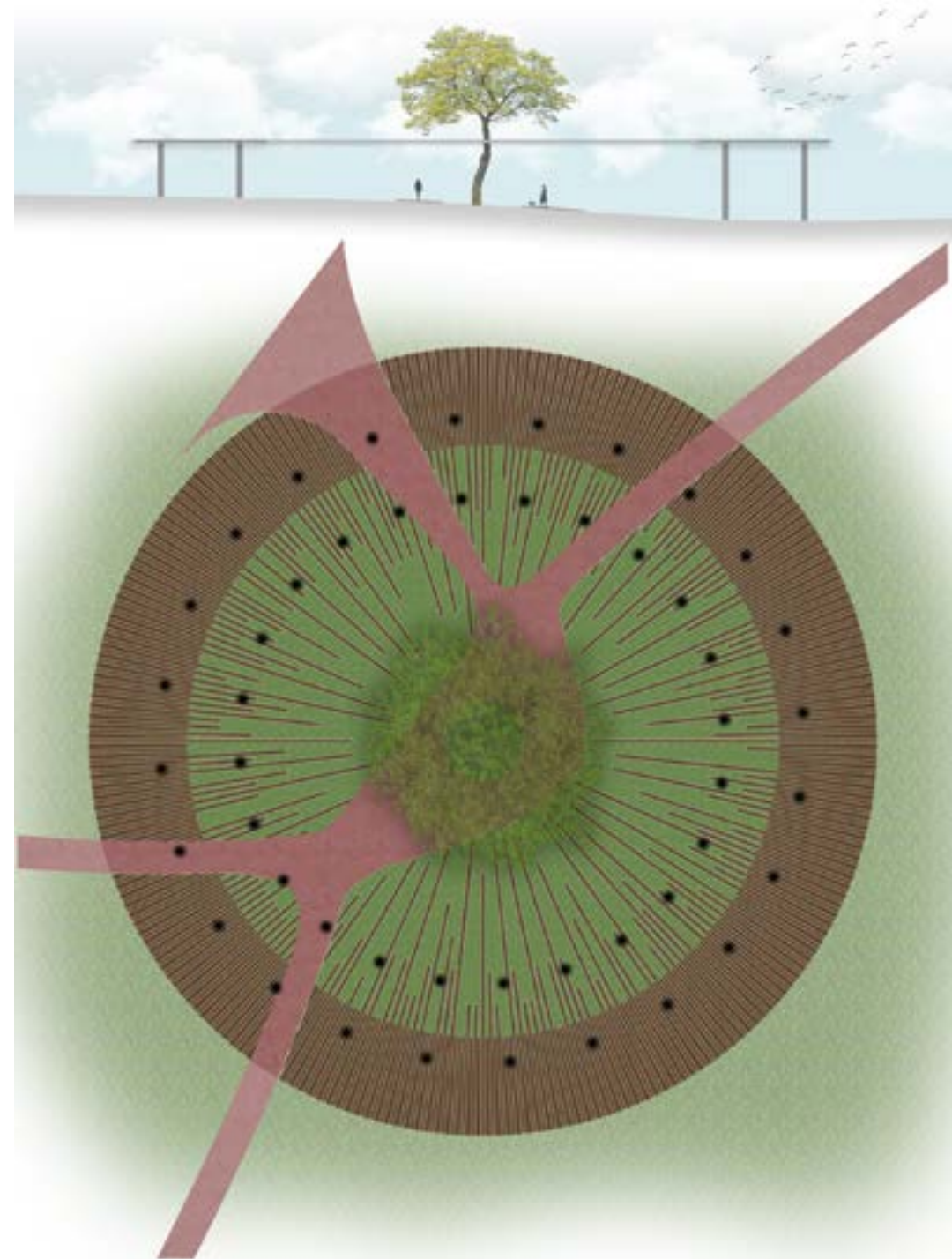


Figura 29: planta baixa e corte da área para feiras livres. Fonte: da autora.

Figuras 30, 31, 33 e 34: referências projetuais para os conectores, respectivamente: referência para o túnel, para o espaço intraquadras próximo a Praça da Lua Minguante, para o espaço intraquadras próximo a Praça da Lua Cheia, e para as vias compartilhadas. Fonte: Archdaily, 2019.



Para melhor entendimento e de modo a facilitar a continuidade do desenvolvimento do projeto, foi criada uma maquete física da área de entorno (figura 35), permitindo uma visualização mais concreta da área de intervenção, principalmente da relação com a topografia, edificações do entorno e melhor apropriação da escala do projeto e seus espaços.

Considerações finais

O projeto apresentado ainda está sendo desenvolvido. Todavia, buscou-se até então criar espaços seguros através de linhas curvas, evitando cantos escuros ou “becos”, priorizando o pedestre, criando eixos focais e melhorando os fluxos. Buscou-se também trazer usos diurnos e noturnos aos espaços com a intenção de mantê-los ocupados e, portanto, mais adequados e seguros. Além disso, foram incluídos usos que permitem o compartilhamento de ideias e saberes que, atualmente, não tem espaço de existência. Também foram propostos espaços adequados a crianças, na busca da inclusão das mulheres mães. Faz parte das diretrizes de projeto que se melhore a acessibilidade universal, bem como iluminação pública. As próximas etapas de projeto englobam algumas alterações, desenvolvimento mais aprofundado de cada área e seus desenhos.

Espera-se com esse projeto colaborar para sensibilização do poder público e gestores, bem como se valorizar e ater a essa temática como pauta pública necessária para obtenção de uma cidade mais acessível, segura, justa e democrática. A vida em sociedade se concretiza nos espaços de integração, que só são efetivamente igualitários quando nada setoriza ou submete parte da população a opressões que inviabilizem o acesso de forma igual para todas e todos.



Figura 35: fotografias da maquete de estudos do partido de projeto. Fonte: da autora.

Referências Bibliográficas

- ADESM. *Agência De Desenvolvimento de Santa Maria*. Santa Maria. Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://adesm.org.br/santa-maria>. Acesso em: 16 maio 2019.
- AMORÓS, Cèlia. *Feminismo, Igualdad y diferencia*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.
- ARELLANO, Mônica. *Sobre o deslocamento do corpo na arquitetura e o modulator de Le Corbusier*. [S. l.], 24 fev. 2019. 1 imagem. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/911962/sobre-o-deslocamento-do-corpo-na-arquitetura-o-modulator-de-le-corbusier>. Acesso em: 20 junho 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BRASIL, Presidência da República. *Estatuto da Cidade*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006*. Brasil, 7 ago. 2006.
- CPSC. *Coordenação do programa soluções para cidades*. Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.
- DALFITO, Daiana. *O que não é nomeado não existe: Não é mimimi, todo mundo tem direito de se identificar e pertencer como quiser. O seu papel é conhecer os termos e respeitar as diferenças*. São Paulo, 6 out. 2017. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/qvj5zm/o-que-nao-e-nomeado-nao-existe. Acesso em: 27 maio 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FELICELLA, Elizabeth. *Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design*. [S. l.], 08 dez. 2013. 3 fotografias. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design>. Acesso em: 20 maio 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- IBGE. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Brasília, DF: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2YUR1Dg>. Acesso em 4 mar. 2019.
- IPLAN. Instituto de planejamento de Santa Maria. *Zoneamento Urbanístico*. Santa Maria: IPLAN, 2019. Anexo 10. Disponível em: <http://iplan.santamaria.rs.gov.br/site/home/pagina/id/140>. Acesso em: 23 maio 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MOMBAÇA, Jota. *Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala*. Disponível em: <https://goo.gl/DpQxZx>. Acesso em: 18 mai. 2019.

NACTO. National Association of City Transportation Officials. *Guia Global de Desenho de Ruas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

NERI, Luenne. *Da casa à luta*. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://issuu.com/luenneneri/docs/00_web_tfg_-_caderno. Acesso em: 17 set. 2018.

ONU. *Cidades 50-50: Todas e todos pela igualdade*. Disponível em: <http://www.cidade5050.org.br>. Acesso em: 17 set. 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?*. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *Casas-Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero*. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER. LIC-SM 2019. Santa Maria, 2019. Disponível em: http://www.santamaria.rs.gov.br/cultura_esporte/663-licsm-2019. Acesso em: 16 maio 2019.

SILVA, Célia Regina. *Contranarrativas negras e de gênero em mídias digitais*. 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11, Florianópolis, 2017. Universidade Federal da Bahia: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2VYP6f0>. Acesso em: 19 maio 2019.

Think Olga. *Chega de Fiu-fiu*. Disponível em: <https://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/> Acesso em: 22 set. 2018.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: [s. n.], 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 3 abr. 2019.